



Anais da Assembléia

Nº 96

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 21 DE JULHO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado DUILIO GENARI
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado CARLOS XAVIER SIMÕES
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 09:** José Colombino Grassano - Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falávinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 01:** Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania.

(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 02.^a SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 21 DE JULHO DE 1993

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Lourenço Fregonese e Alqaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alqaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Frondy Silvério, Eúrides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, Alceu Swarowski, Colombino Grassano, Doutor Rosinha, Luiz Henrique Bona Turra, Ovídio Constantino e Plauto Miró Guimarães (07).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu só gostaria de fazer alguma citação, com referência à convocação extraordinária, desta Casa.

Infelizmente, ontem, nós não pudemos fazer uso da palavra porque, no momento em que pedimos para usar a tribuna, fomos comunicados de que num acordo de Lideranças, na véspera, foi combinado que ninguém faria uso da palavra.

Achei estranho tal procedimento, Senhor Presidente e Senhores Deputados, porque este Período Extraordinário foi convocado, principalmente, para que a Assembleia permanecesse em vigília e se manifestasse com referência à cassação do Go-

vernador Roberto Requião de Mello e Silva.

Aproveito a oportunidade, neste momento, para declarar ao povo paranaense, porque nesta Casa abrigam-se os representantes mais legítimos do povo do Paraná. A sociedade paranaense, Senhor Presidente e Senhores Deputados, sofreu de surpresa, vamos assim dizer, entre aspas, com a decisão do TRE no último dia 16, quando naquela oportunidade os juizes ali reunidos decidiram, em julgamento, que o Governador do Estado do Paraná não poderia prosseguir comandando o Palácio Iguazu.

Foi uma decisão, Senhor Presidente e Senhores Deputados, histórica. Não só para o Paraná, mas para o Brasil também, porque no momento em que nosso País passa por uma limpeza moral, começada quando da deposição do Presidente Collor, nós assistimos no Paraná uma decisão exemplar, de que o crime eleitoral deve ser punido.

Infelizmente, com esta decisão do Governo do Paraná em tentar jogar a opinião pública contra a Justiça, nós estamos sendo manchete nacional, perante o povo brasileiro, como um Poder que está sendo omissso, o Poder Legislativo na sua mais alta responsabilidade de fazer avaliações, de tecer críticas e comentários com referência ao Governador cassado.

Quero dizer que não falo em nome do PTB, Senhor Presidente, falo em meu nome particular como Deputado, que sou solidário ao Poder Judiciário. Estaremos hoje à tarde em solidariedade àquele Poder fazendo alguns pronunciamentos do Palácio da Justiça, porque o Poder Judiciário não pode ser execrado pelo Governador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Ilustre Deputado Mário Bezerra, a Questão de Ordem levantada por Vossa Excelência, nós tivemos a benevolência de ouvi-lo e colocamos a Ata em apreciação.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só para encerrar eu gostaria de ter a anuência de Vossa Excelência.

Eu só faço aqui a leitura de uma nota oficial hoje divulgada pelo Doutor Francisco de Paulo Xavier Neto, Presidente da Associação dos Magistrados.

"A Associação dos Magistrados Brasileiros, por seu presidente, ante a irresponsável e mentirosa afirmação do Senhor Roberto Requião de Mello - Governador que teve seu mandato cassado pela Justiça Eleitoral - no sentido de que o presidente da entidade teria festejado a reabertura do processo que responde por alegada fraude eleitoral, o rumoroso "Caso Ferreirinha", vem a público esclarecer que:

Nem a entidade, nem seu presidente tomaram qualquer iniciativa em relação ao

processo em referência, cujo conteúdo desconhecem.

Sobre o caso, a bem da verdade, o presidente da entidade, à época dos fatos que geraram o processo Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, tem a esclarecer, apenas, que, comparecendo a um almoço na residência de um amigo e lá encontrando o então candidato Roberto Requião de Mello, deste ouviu, após entregar e pedir ao anfitrião para ser exibida uma fita de vídeo - justamente a que continha o depoimento atribuído a um tal de Ferreirinha - "com esta fita eu vou ganhar a eleição e reverter o quadro" (referia-se ao 2º Turno), esclarecendo que estava distribuindo milhares delas no Estado.

As fitas em referência passaram a ser distribuídas inclusive em portas de locadoras de vídeo e foram até, muitas delas, apreendidas por ordem da Justiça Eleitoral, que chegou a tirar do ar a propaganda gratuita do PMDB, justamente ante o depoimento referido.

Veio às mãos do signatário desta, também, isto recentemente, cópia de assento de óbito de João Has Ferreira, que seria o referido Ferreirinha, o qual morreu, assassinado a tiros, em 28/10/1970, 20 anos antes de seu apontado depoimento.

Nada mais a entidade ou seu presidente sabem sobre os fatos, esclarecendo-se, todavia, que:

Face às constantes agressões do então Governador ao Poder Judiciário e aos Juizes do Paraná, a Associação dos Magistrados do Paraná e a Associação dos Magistrados Brasileiros ajuizaram diversas ações no Supremo Tribunal Federal, em defesa da magistratura e do próprio Estado Democrático de Direito, obtendo vitórias em todas elas, o que demonstra a correção do posicionamento dos juizes paranaenses e a injustiça das constantes agressões do Senhor Roberto Requião de Mello.

Não festejou o Presidente da AMB, pois, a reabertura do processo "Ferreirinha". A propósito, ao que se sabe, o processo jamais foi reaberto. Está tendo longa tramitação, justamente pelos recursos postos à disposição e utilizados pelo então Governador e pelo atual, Senhor Mário Pereira, como a imprensa tem noticiado.

Ressalte-se que o TRE é órgão da Justiça Federal, composto por juizes estaduais, federais e advogados, bem como pelo Procurador da República, que é quem acusa o ex-governador de fraude eleitoral, sendo leviana e criminosa a insinuação de que suas decisões teriam sido influenciadas por pretensões salariais da magistratura estadual.

A AMB entende que decisões judiciais devem ser enfrentadas por recursos, não em entrevistas, mediante publicidade para com

o dinheiro do povo ou em carreatas e comícios que constituem um acinte do Judiciário, ao equilíbrio social e à própria democracia.

Curitiba, 21 de julho de 1993.

(a) FRANCISCO DE PAULA XAVIER NETO
Presidente"

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada. Não há Expediente a ser lido.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, na reunião de Lideranças que tivemos nesta Casa na última segunda-feira, ficou acertado de que nas Sessões nós não teríamos o uso do Pequeno, Grande Expediente e Horário das Lideranças.

Porém, eu quero dizer a V.Exa. e peço o testemunho de V.Exa. que ora preside a Sessão, do Deputado Lourenço Fregonese de que naquela ocasião se omitiu a questão das Explicações Pessoais.

Quero então, neste momento, me inscrever para Explicações Pessoais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Consultando a Assessoria Legislativa da Mesa Executiva, Explicações Pessoais se inclui dentro do Expediente onde está inserido o Pequeno, o Grande e o Horário das Lideranças.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, não consta isto do Regimento Interno da Casa e a Assessoria Legislativa com todo o respeito ao nosso grande companheiro Celso, não estava presente à reunião das Lideranças.

Por esta razão e pedindo pelo direito da democracia eu peço a V.Exa. que me permita usar o Horário que é permitido para Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Atendendo a solicitação do nobre e ilustre Deputado Algaci Túlio, concedemos alguns minutos para que a sua Explicação Pessoal seja efetuada aí mesmo no Plenário.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Eu me inscrevo também para Explicações Pessoais.

O SR. ALGACI TÚLIO (Explicações Pessoais) - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

Acho que nós estamos aqui neste momento ocupando o Plenário da Assembleia Legislativa pelo direito sagrado que nos deu o povo do Paraná ao nos eleger Deputado para o Estado do Paraná.

Nós não temos nada com a festa que faz neste momento o PMDB, os aliados do PMDB,

pelo retorno a Curitiba do cidadão comum, Senhor Roberto Requião de Mello e Silva.

Não temos que ir no aeroporto buscar o ex-Governador, o Governador cassado pelo direito da justiça, pela fraude que cometeu. Estamos aqui e gostaria neste momento de podermos a Bancada do PDT, Deputados do PTB, aqui discutir neste momento, enquanto aqueles que forçosamente vieram a Curitiba, deixaram seus empregos no Estado, vieram se manifestar com a solidariedade ao ex-Governador Roberto Requião.

Nós aqui estamos cumprindo a nossa obrigação, mesmo porque esta Assembléia foi convocada extraordinariamente para permanecer em vigília, para permanecer trabalhando.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimentamos o Assessor da Bancada do PMDB, Sr. Suez, que não sabíamos da sua capacidade também, da sua inteligência, de ser também um fotógrafo.

Esperamos, para nossa surpresa, e até acreditamos esteja já trabalhando em algum jornal da cidade, porque hoje é o fotógrafo que está disparando flashes aqui na Assembléia.

Nós agradecemos a sua presença aqui porque demonstra também seu espírito acima de tudo paranista, que aqui está e não está lá no Palácio e nem foi ao aeroporto.

Então, eu quero aqui cumprimentar o nosso companheiro Suez.

Dizer, Sr. Presidente, que quero fazer neste momento a leitura da nota do Sindicato dos Servidores, uma nota de repúdio ao Governo do Estado. (Lê):

"O Sindicato dos Servidores Públicos das Secretarias e Órgãos do Estado do Paraná Sindiservidores manifesta publicamente seu repúdio em relação aos atos autoritários e mesquinhos praticados antes e durante o governo Requião.

Intitulando-se irmão de todos os paranaenses, exibiu fartamente seu "sorriso democrático", acompanhado de sua falácia enganosa. Palavras, palavras e apenas palavras.

A prática de seu governo tinha marca e registro: "FASCISMO PURO". Sua ambição pela conquista ao poder maior da Nação atrofiou-lhe todos os sentidos, Requião esqueceu-se de governar este Estado. Meteu-se em confusões as mais diversas e imagináveis possíveis, tudo para se manter em evidência, tudo para se manter na mídia, aliás, verdadeiras fortunas foram destinadas para sua autopromoção.

Na questão administrativa do Estado, nada fez senão sucatear a máquina administrativa prejudicando sensivelmente a qualidade dos serviços públicos prestados à população.

Avesso ao diálogo, promoveu um verdadeiro "Terrorismo Administrativo", sobre a

categoria dos servidores públicos estaduais, muitos dos quais não resistindo a humilhação a que foram submetidos, pagaram um alto preço, deram suas próprias vidas, vitimados que foram em decorrência de enfartos, derrames cerebrais, depressões profundas, etc... etc...

A Fraude Eleitoral no pleito de 1990, o caso "FERREIRINHA", foi apenas uma gota d'água, mas uma importante gota que fez transbordar o verdadeiro mar de lama em que este fascista navegou por mais de dois anos.

Jubile-se PARANÁ, o pesadelo acabou."

Esta nota é do Sindiservidores.

Quero concluir, Sr. Presidente, denunciando aqui desta tribuna a coação que se fez durante todos os dias tão logo se tomou conhecimento da cassação do Governador Roberto Requião junto aos Servidores Públicos do Estado. Foram listas correndo nas Secretarias obrigando que cada funcionário, além de assinar o seu nome, colocasse o número do seu RG; obrigando que servidores ocupantes de cargos em comissão, cargos de confiança se manifestassem publicamente e conseguissem, evidentemente, convencer os demais companheiros a participar da carreata ao aeroporto e do ato público aqui em frente ao Palácio Iguaçu.

Quero denunciar ainda mais, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que as professoras, diretoras de escolas estaduais estão sendo obrigadas a coletar mais de 2 mil assinaturas de solidariedade ao Sr. Governador, a coação feita em cima dos prefeitos, especialmente aqueles que não pertencem ao PMDB e ao PT para que venham a Curitiba, para que tragam os seus ônibus lotados para trazer o povo, obrigando as Câmaras Municipais, obrigando Vereadores a contratar ônibus para virem a nossa cidade.

Mais ainda, Sr. Presidente, denunciando que a informação que recebi há pouco, que o Secretário da Fundepar, Sr. Maurício Requião, teria liberado cestas básicas para Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana para que viessem para este ato público.

É esta a Democracia que está implantada no Estado do Paraná!

Repete-se aqui, Sr. Presidente, fatos que marcaram tristemente este País em épocas passadas.

É bom lembrar, Sr. Presidente, todas as vezes em que o Sr. Roberto Requião de Mello e Silva ocupou cargos no Executivo não foram pelas vias mais legais. Em 1985, o povo de Curitiba é testemunha do que aqui foi feito quando Jayme Lerner ganhou no voto mas perdeu na apuração, quando para cá vieram ônibus, a exemplo de hoje, era uma eleição solteira em 85, e para cá

vieram Deputados que cansaram de nos confidenciar isto em plenário.

Então vieram ônibus aqui lotado de gente, se não para votar, para complicar, para confundir, para fazer boca de urna, para fazer ameaças e até para agredir o eleitor curitibano que naquele momento preferia votar em Jayme Lerner.

Por isto, o que se repete no Governo do Estado, o caso "Ferreirinha", é mais um acinte ao povo do Paraná.

Quero dizer, também, está se cometendo um equívoco muito grande, está se levando o Estado do Paraná a uma situação muito perniciosa, quando se procura jogar a população do Estado do Paraná para cima do Poder Judiciário, quando, na verdade, quem votou pela cassação do Sr. Governador Roberto Requião foram os juizes, desembargadores que pertencem ao órgão do Governo Federal, o Tribunal Regional Eleitoral não é órgão subordinado ao Tribunal de Justiça.

Por isto, não tem nada a ver com a greve e nem com a manifestação que foi feita, não pelo Poder Judiciário, mas pela Associação dos Magistrados do Estado do Paraná.

Aqueles que julgaram o Requião são do órgão que pertence ao Governo Federal, à União e não ao Governo do Estado.

Portanto não estavam ali fazendo ato de revanchismo.

E além do mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os próprios juizes que votaram não seriam irresponsáveis de cassar o Governador se o processo que lá estava não estivesse cheio de provas comprovando mais do que nunca a fraude.

Por isto, Sr. Presidente, é preciso que a Assembléia se manifeste.

E o PDT se manifesta desta forma, em especial o PDT do Paraná, o PDT de Jayme Lerner, o PDT do Prefeito Rafael Greca de Macedo, o PDT desta Bancada que tem o Deputado Paulo Maia como Líder, que tem V.Exa. como integrante, que tem a Deputada Emilia Belinati, que tem o Deputado Cezar Silvestri, o Deputado Namir Piacentini e a nossa pessoa também.

Este PDT repudia esta manifestação que se faz hoje aqui no Estado do Paraná.

A esta hora, Sr. Presidente, as repartições públicas do Estado do Paraná estão praticamente fechadas.

Se um pobre morador de Curitiba ou do interior precisar da Secretaria de Ação Social pedir um auxílio de uma perna mecânica, de uma cadeira de rodas ou de uma cesta básica ele não vai encontrar o Secretário, não vai encontrar o Diretor, não vai encontrar nenhum chefe lá naquele setor; estão todos no Aeroporto Afonso Pena congestionando o trânsito, não permitindo que aqueles que têm passagem marcada

para deixar Curitiba ou para chegar em Curitiba possam, evidentemente, se locomover.

Isto é profundamente lamentável e nós da Bancada do PDT não podemos aceitar isso e por isso repudiamos este ato que, acima de tudo, segundo o próprio jornal "Correio de Notícias" que até há pouco tempo atrás era praticamente um órgão oficial do Governo do Estado, diz na sua primeira página: (Lê):

"O governador em exercício, Mário Pereira, não pode transmitir hoje o cargo ao governador cassado Roberto Requião. Ele próprio garantiu, em comunicado oficial ao TRE, que é o governador do Estado, Mário Pereira coordena pessoalmente o comitê de recepção montado para a volta de Requião.

Os gastos, segundo as primeiras estimativas de especialistas, sobem para US\$ 1 milhão. Ontem, funcionários do TRE mostravam sua preocupação com a condução das manifestações pela volta de Requião, onde o Poder Judiciário aparece como o responsável pela cassação.

"É uma afronta que não ficará sem resposta", adverte uma fonte do TRE. Já o conselheiro do Tribunal de Contas, Nestor Baptista alertava que o governador em exercício poderá ser responsabilizado pelos gastos. "Quem ordenou a festa, vai reembolsar", avisou."

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Deputado Algaci Túlio, em virtude do artigo 4º, nós declaramos encerrada a presente Sessão por falta de componente na Mesa Executiva.

Nada mais havendo a tratar, Deputado Mário Bezerra, a Mesa se encontra sem condições de continuar a Sessão.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - A convocação foi explícita, foi para acompanhar o grave momento político pelo qual passa o Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concordamos com V.Exa., mas de acordo com o art. 4º § 15º não temos condições de continuar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 150/92.
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s. 112/91, 534/91 e 039/93.

Levanta-se a sessão.